

A apropriação do aumento da renda agrícola no Brasil por parte dos grupos ocupacionais familiares nos anos 2000¹

*Carlos Alves do Nascimento*²
*Alexandre Gori Maia*³
*Samantha Rezende Mendes*⁴

Resumo: Este artigo objetiva apresentar os resultados de uma pesquisa sobre a apropriação da renda agrícola total por famílias de perfis distintos (empregadoras, por conta própria, assalariadas), com pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas, no Brasil, nos anos 2000. Investigou-se a variação na participação de cada tipo familiar no total da renda agrícola, e analisou-se a decomposição dos efeitos responsáveis por essa variação. Os resultados apontam a evidente mudança de perfil das famílias agrícolas brasileiras e a transição para o assalariamento. Mostram também que, no interior da agricultura familiar, os grupos familiares de não proprietários são os que obtiveram o pior desempenho na distribuição e variação da apropriação relativa da renda agrícola global.

Palavras-chave: Renda agrícola. Agricultura familiar. Assalariamento agrícola.

¹ Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio à pesquisa que resultou neste artigo.

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). E-mail: can@ie.ufu.br

³ Professor Doutor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: gori@eco.unicamp.br

⁴ Mestre em Economia pelo PPGE/IE/UFU e Professora de Economia no IF Goiano/Rio Verde. E-mail: samantha86_rezende@yahoo.com.br

Abstract: This paper aims to present the results of a research on the profile of the appropriation of the total agricultural income for different family types (employers, family farmers, salaried employees) who have at least one member engaged in agricultural activities in Brazil in the 2000s. We investigated the variation of the different relative shares of each family type in total agricultural income, as well as conducted an analysis of the decomposition of the effects responsible for this variation. The results indicate a clear transition to the wage labor profile of Brazilian agricultural households. The results also show that within the family farm, the family groups of non-owners are the ones that exhibited the worst performance in the distribution and change of ownership on overall farm income.

Keywords: Agricultural income. Family farming. Agricultural wage labor.

Introdução

A agricultura brasileira na última década experimentou um desempenho diferenciado do ponto de vista da produtividade e da produção, em comparação às décadas anteriores. Brandão, Rezende e Marques (2006) ressaltam a inflexão no padrão de crescimento da agricultura brasileira, a partir da mudança no regime cambial brasileiro, em 1999. Esse fato desencadeou uma trajetória acelerada de expansão, particularmente, da cultura de grãos. De acordo com Gasques, Bastos e Bacchi (2009), no período de 2000 a 2007, o produto agrícola brasileiro exibiu uma taxa média anual de crescimento da ordem de 5,42%, seguido por uma taxa média anual de crescimento da produtividade total dos fatores de 4,75%.

Este artigo objetiva apresentar os resultados iniciais de uma pesquisa sobre a apropriação da renda agrícola total por diferentes tipos de famílias, com pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas, no Brasil, em uma análise comparada dos anos 2001 e 2009. Ou seja, diante da constatação do notável crescimento do produto agrícola na última década, cuja contrapartida é o crescimento da renda agrícola, a pesquisa desenvolvida pelos autores deste artigo tinha como *problema geral* investigar quais os tipos familiares (empregadores, por conta

própria, assalariados), com membros ocupados na agricultura, que mais se destacaram na apropriação da renda total agrícola, nessa última década, em que se observam um notável desempenho dos ganhos de produtividade e avanços da modernização agrícola do país.

O estudo da apropriação da renda global agrícola pelos diferentes tipos familiares compreendeu a análise da variação das distintas participações relativas de cada tipo familiar no total da renda agrícola e da decomposição dos efeitos responsáveis por aquela variação, conforme explica a nota metodológica na próxima seção.

A *hipótese central* da pesquisa consistiu na ideia de que a renda, cujo crescimento acompanhou o do produto agrícola na última década no Brasil, pode não ter sido apropriada pelos agricultores familiares no mesmo nível dos demais tipos familiares de produtores agrícolas (empregadores e assalariados). Essa hipótese se sustenta em estudos segundo os quais uma fração crescente do universo da agricultura familiar recorre, cada vez mais, a práticas assentadas no uso intensivo de técnicas modernas. Tal conduta implica recorrentes situações de endividamento, em virtude dos crescentes custos de produção⁵. Conforme apontam vários estudiosos⁶, o aprofundamento da relação da agricultura familiar com os diferentes capitais (industrial, agroindustrial, mercantil, financeiro) propicia a crescente tecnificação das unidades produtoras familiares, mas a maior tecnificação não se traduz em maior capitalização. Aqueles capitais, e não a agricultura familiar tecnificada, são os que se apropriam da maior parte do excedente gerado por esse segmento produtor.

Para a apresentação dos resultados da pesquisa, o presente artigo estrutura-se em mais quatro seções, além desta introdução. Na próxima seção serão expostas algumas considerações sobre a renda agrícola no Brasil. Na seção seguinte, a metodologia utilizada na pesquisa, acerca da tipologia de famílias e do instrumental estatístico para determinar os perfis de apropriação relativa da renda global agrícola de cada tipo familiar e a

⁵ Estudos de caso de trabalhos como os de Nunes (2009), Oliveira (2010) e Nascimento et al. (2011) dão subsídios para nossa hipótese de trabalho e mostram que o fato de a unidade produtora familiar estar mais (ou menos) integrada a mercados (e, portanto, a capitais), ou seja, quanto maior (ou menor) for a subordinação a maquinários e insumos em geral, maior (ou menor) será o grau de endividamento e capitalização das unidades familiares produtoras agrícolas.

⁶ Guimarães (1979), Graziano da Silva (1981), Rangel (1983), Wanderley (1985), Thomaz Jr. (2008).

decomposição dos distintos efeitos explicativos da variação desses perfis. Na seção subsequente, os resultados do processamento dos dados e sua discussão. Na última seção, aparecem as considerações finais.

A evolução da renda na agricultura brasileira

A atividade agrícola ainda cumpre um importante papel na geração de renda e emprego no Brasil. Segundo Sakamoto e Maia (2012), a agricultura empregava quase 16 milhões de pessoas em 2009 (12% do total de ocupados). Praticamente metade dessa população concentrava-se na região Nordeste, onde se observam as menores rendas e uma forte presença do trabalho não remunerado, exercido na condição de auxílio à pequena produção familiar. Ademais, apesar do expressivo crescimento dos rendimentos das políticas públicas nas últimas décadas, a renda do trabalho continua sendo a fonte majoritária dos rendimentos regulares das populações urbanas e rurais. Segundo Maia (2012), o produto do trabalho representava 73% dos rendimentos da população rural e 74% da população urbana no Brasil em 2009.

Nos anos 2000, houve importantes mudanças na estrutura de empregos e rendimentos agrícolas. No emprego, por exemplo, registram-se uma intensificação do trabalho assalariado (temporário ou permanente) e o crescimento das atividades para o autoconsumo (SAKAMOTO; MAIA, 2012). A intensificação do trabalho assalariado seria um reflexo do desenvolvimento da agricultura em grande escala, sobretudo na nova fronteira agrícola do país. A dinâmica do trabalho em atividades para o autoconsumo estaria associada a uma série de políticas sociais para o campo. Para Buainain e Dedecca (2010), por exemplo, as políticas de incentivo à pequena produção, assim como as de transferência de renda, como Bolsa Família e previdência rural, teriam contribuído para incentivar a estabilidade da agricultura familiar. Outras contribuições seriam a expressiva expansão do Pronaf nos anos 2000, fonte mais importante de financiamento da agricultura familiar, e a criação de programas e incentivos (ARAÚJO, 2011). Destacam-se os benefícios aos pequenos agricultores do semiárido brasileiro no início dos anos 2000 (BALSALDI, 2008).

Sakamoto e Maia (2012) ressaltam importantes mudanças na distribuição dos rendimentos agrícolas nos anos 2000, com um expressivo crescimento da renda agrícola em todas as regiões. Entre os determinantes fundamentais para compreender essa dinâmica, destacam-se: i) a valorização do salário mínimo; ii) os ganhos de produtividade na produção agrícola; iii) a melhor qualificação dos ocupados agrícolas; iv) mudanças na estrutura de ocupações agrícolas. Em relação a este último fator, mudanças na estrutura de ocupações, destacar-se-iam o aumento da formalização e a redução dos trabalhadores não remunerados e dos pequenos produtores por conta própria, sobretudo nas regiões menos favorecidas do país.

A dinâmica do emprego e rendimento agrícola possui importantes reflexos na condição de vida e distribuição de rendimentos da população rural. A pobreza reduziu-se sensivelmente nos anos 2000, sobretudo nas áreas rurais (MAIA, 2012). Hoffmann e Oliveira (2014) chamam atenção para a redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos agrícolas, embora em ritmo menos acelerado que o observado nos rendimentos não agrícolas. Entre os fatores que ajudam a explicar essas dinâmicas da desigualdade, os autores destacam o crescimento e dispersão dos anos de escolaridade, os quais ocasionam comportamentos distintos entre os trabalhadores agrícolas e não agrícolas.

De maneira geral, as análises evidenciam importantes mudanças na estrutura de ocupações e rendimentos agrícolas. É mais, destacam como é importante compreender essa dinâmica para verificar a evolução das condições socioeconômicas da população rural, uma vez que o trabalho é determinante da renda total e das perspectivas de progressão social das famílias.

Material e métodos

Fontes dos dados

O estudo fundamentou-se em informações da base de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, relativas aos anos 2001 e 2009.

Não constam nas análises informações das áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, pois essas foram incorporadas na PNAD apenas no ano de 2004. Todos os rendimentos nominais foram deflacionados para setembro de 2009 (semana de referência da PNAD), com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), do IBGE.

A tipologia de famílias

As famílias extensas⁷ a serem consideradas serão classificadas de acordo com a posição de seus membros na ocupação principal e da seguinte forma: i) se um dos membros da família declarou, na PNAD, ser empregador, a família será classificada como tal (*Família de Empregadores*), independentemente da posição na ocupação dos demais membros. Procede-se dessa forma por se entender que a posição de empregador de um de seus membros constitui uma boa *proxy* da posição social da família. Ademais, considerou-se ainda a subclassificação das famílias de empregadores segundo o número de empregados permanentes (*Empregadora mais de dois empregados* e *Empregadora até dois empregados*); ii) na falta de um empregador, a família será classificada como por conta própria (*família por conta própria*) se um dos membros ativos declarou-se como tal; iii) em caso de não haver nem um empregador e nem um por conta própria, a família foi classificada como família de empregados/assalariados (*Família de Assalariados*) se pelo menos um dos seus membros declarou exercer, como assalariado, uma atividade agrícola na semana de referência da PNAD.

Para cada posição na ocupação acima referida, as famílias extensas serão subdivididas, segundo o ramo de atividade de seus membros, da seguinte forma: i) *família pluriativa intersetorial* é aquela em que (a) pelo menos um de seus membros exercia alguma atividade agrícola e (b) outro exercia uma atividade *não agrícola*, na semana de referência da PNAD; ii) *família pluriativa tradicional* é aquela em que (a) pelo menos um de seus

⁷ *Família extensa* considera apenas o núcleo familiar mais os parentes e agregados. Desconsidera os pensionistas, os empregados domésticos e os parentes destes.

membros exercia uma atividade *agrícola* (ou como empregador ou por conta própria) e (b) outro exercia uma atividade *agrícola* assalariada (nas famílias de assalariados não existe o tipo de família pluriativa tradicional porque seriam tão somente duas ou mais pessoas ocupadas na agricultura, todas como assalariados); iii) *família agrícola* é aquela em que (a) pelo menos um de seus membros estava envolvido em atividades agrícolas e (b) nenhum outro ocupado em atividades não agrícolas.

O somatório dos quantitativos de famílias por conta própria (agrícolas e pluriativas) e de famílias de empregadores com até dois empregados (agrícolas e pluriativas) conformam o que consideramos neste trabalho *agricultura familiar*.

Ademais, importa ressaltar que somente foram analisadas famílias que tinham pelo menos um membro ocupado em atividades agrícolas. As famílias (empregadoras, por conta própria e assalariadas) que só tinham membros ocupados em atividades não agrícolas (ou não ocupados) e não tinham nenhum membro ocupado em atividades agrícolas não foram consideradas nas análises.

Decomposição da variação da apropriação relativa da renda total agrícola pelos tipos familiares⁸

A variação total da renda da apropriação da renda do trabalho agrícola foi decomposta em três componentes principais (VALDÉS et al., 2010): i) efeito participação; ii) efeito renda; e iii) efeito composto. O primeiro efeito estima a variação da renda devida à variação do tamanho de cada tipo de família, ou seja, a variações na participação da população de cada grupo da estrutura familiar. O segundo efeito estima a variação devida a variações na renda de cada tipo familiar. O último efeito estima a variação que não pode ser unicamente explicada pelos efeitos anteriores, ou seja, que ocorre em razão do efeito conjunto dos componentes.

⁸ Esta seção segue a formulação de Valdés et al. (2010). Mas, diferentemente destes, que analisaram os indivíduos ocupados nas atividades agrícolas, no presente trabalho, analisam-se os diferentes tipos familiares agrícolas.

Para a compreensão dos procedimentos utilizados na decomposição, inicialmente considerar-se-á a renda média familiar (\bar{y}) como a soma ponderada dos rendimentos de cada tipo familiar:

$$\bar{y} = \frac{\sum_{i=1}^N y_i}{N} = \sum_{j=1}^k w_j \bar{y}_j \quad (1)$$

Onde y_i é a renda da i -ésima família, w_j é a participação do j -ésimo tipo familiar na população e \bar{y}_j sua respectiva renda média familiar. A participação na renda total associada a um grupo familiar específico (S_j) pode ser definida como:

$$S_j = \frac{\sum_{i \in j} y_i}{\sum_{i=1}^N y_i} = \frac{N_j \cdot \bar{y}_j}{N \cdot \bar{y}} = w_j g_j \quad (2)$$

Onde g_j representa a razão entre o rendimento do j -ésimo grupo familiar e o rendimento médio de todos os grupos familiares com ocupados na agricultura.

Com base no desenvolvimento algébrico, é possível demonstrar que a variação relativa do rendimento médio familiar das famílias com ocupados na agricultura pode ser expressa por:

$$S_j = \frac{\sum_{i \in j} y_i}{\sum_{i=1}^N y_i} = \frac{N_j \cdot \bar{y}_j}{N \cdot \bar{y}} = w_j g_j \quad (3)$$

$$\left(\frac{\Delta \bar{y}}{\bar{y}}\right)_t = \frac{\bar{y}_t - \bar{y}_{t-1}}{\bar{y}_{t-1}} = \sum_{j=1}^k S_{jt-1} \cdot \left(\frac{\Delta(w_j \bar{y}_j)}{w_j \bar{y}_j}\right)_t \quad (4)$$

Podemos agora decompor a variação, em pontos percentuais, da participação de cada tipo familiar na apropriação da renda total da população:

$$S_{jt} - S_{jt-1} = S_{jt-1} \cdot \left(\left(\frac{\Delta w_j}{w_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t + \left(\frac{\Delta w_j}{w_j} \cdot \frac{\Delta g_j}{g_j}\right)_t \right) \quad (5)$$

É imprescindível saber que Δw mede o impacto da mudança no tamanho do grupo na apropriação das receitas totais geradas por todos os grupos ocupacionais familiares na agricultura e que Δg mede

o impacto da variação na renda do grupo familiar. Assim, o primeiro termo da equação (4) captará o *efeito participação*, o segundo, o *efeito renda* e o terceiro termo, o *efeito composto*.

Dinâmica da população e da renda agrícola: análise e discussão dos dados

A presente seção apresenta o resultado do processamento dos microdados da PNAD/IBGE e dos procedimentos estatísticos, conforme a metodologia apresentada anteriormente.

A Tabela 1 registra a distribuição absoluta e percentual do número de famílias que têm pelo menos uma pessoa ocupada em atividades agrícolas, assim como também do número das próprias pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar, para o Brasil como um todo, nos anos de 2001 e 2009. Apresenta ainda a variação percentual tanto do número das famílias em análise quanto do número das pessoas em questão.

Os resultados apontam importantes mudanças na estrutura das famílias brasileiras que têm membros ocupados em atividades agrícolas. Entre 2001 e 2009, houve uma pequena variação positiva (0,9%) no número total de famílias, acompanhada de uma expressiva variação negativa (11,3%) no número de pessoas ocupadas nas atividades agrícolas. Note-se também que a variação positiva da totalidade do número de famílias se deve à forte variação positiva (14,3%) do tipo familiar *pluriativa intersetorial*. Do ponto de vista das famílias ligadas estritamente às atividades agrícolas (famílias *agrícolas* e famílias *pluriativas tradicionais*), verificam-se apenas variações negativas (famílias e pessoas).

Embora não haja dados suficientemente concretos para avaliar a mobilidade das famílias, esses resultados podem sugerir que as famílias *pluriativas tradicionais* e as famílias agrícolas estariam se convertendo em famílias *pluriativas intersetoriais*. Em outras palavras, muitos membros das famílias pluriativas tradicionais e das agrícolas, que antes se ocupavam na agricultura, podem ter passado a se ocupar em *atividades não agrícolas*, contribuindo para a variação positiva do tipo familiar que combina

atividades agrícolas com atividades não agrícolas (pluriatividade intersetorial)⁹.

Tabela 1 – Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Brasil, 2001 e 2009.

TIPODE FAMÍLIA	2001				2009				Variação 2009-2001 (%)		
	Pessoas		Famílias		Pessoas		Famílias		Pessoas	Famílias	
	N (1.000)	%	N (1.000)	%	N (1.000)	%	N (1.000)	%			
Empregadora com mais de 2 empregados	Agrícola	60	0,4	39	0,5	58	0,5	39	0,5	-2,3	-0,6
	Pluriativa Tradicional	19	0,1	6	0,1	12	0,1	5	0,1	-37,2	-21,9
	Pluriativa Intersetorial	61	0,4	76	1,0	64	0,5	83	1,1	3,8	9,8
	Total	140	1,0	121	1,6	134	1,1	127	1,7	-4,4	4,7
Empregadora com até 2 empregados	Agrícola	359	2,6	206	2,7	263	2,1	164	2,2	-26,6	-20,4
	Pluriativa Tradicional	95	0,7	32	0,4	43	0,3	16	0,2	-55,1	-50,9
	Pluriativa Intersetorial	248	1,8	177	2,3	207	1,7	174	2,3	-16,6	-1,4
	Total	702	5,0	415	5,5	513	4,1	355	4,7	-26,9	-14,6
Conta-própria	Agrícola	5.190	37,0	2.299	30,5	3.922	31,5	2.016	26,5	-24,4	-12,3
	Pluriativa Tradicional	1.014	7,2	340	4,5	857	6,9	302	4,0	-15,5	-11,3
	Pluriativa Intersetorial	2.251	16,0	1.361	18,0	2.086	16,8	1.442	18,9	-7,3	5,9
	Total	8.455	60,3	4.000	53,0	6.865	55,2	3.759	49,4	-18,8	-6,0
Assalariados	Agrícola	3.550	25,3	2.135	28,3	3.496	28,1	2.231	29,3	-1,5	4,5
	Pluriativa Intersetorial	1.177	8,4	875	11,6	1.425	11,5	1.146	15,0	21,1	30,9
	Total	4.727	33,7	3.010	39,9	4.921	39,6	3.377	44,3	4,1	12,2
TOTAL	Agrícola	9.158	65,3	4.680	62,0	7.740	62,2	4.450	58,4	-15,5	-4,9
	Pluriativa Tradicional	1.128	8,0	378	5,0	911	7,3	322	4,2	-19,2	-14,8
	Pluriativa Intersetorial	3.737	26,6	2.489	33,0	3.782	30,4	2.846	37,4	1,2	14,3
	Total	14.024	100,0	7.547	100,0	12.433	100,0	7.617	100,0	-11,3	0,9

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

O comportamento descrito no parágrafo anterior torna-se mais evidente entre as famílias de assalariados. Entre as famílias por conta própria (agricultura familiar), houve apenas uma pequena variação positiva no número de famílias pluriativas intersetoriais (81 mil) para expressivas reduções do número de famílias agrícolas (283 mil) e famílias pluriativas tradicionais (38 mil). Ou seja, apenas 25,0% do total das famílias por conta própria, que deixaram de ser agrícolas e *pluriativas tradicionais*, podem ter-se tornado famílias por conta própria *pluriativa intersetorial*. Isso significa que a *pluriatividade intersetorial* não se mostrou alternativa de ocupação para 75,0% das famílias que deixaram de fazer parte desse conjunto majoritário da agricultura familiar, as famílias

⁹ Observe-se também que, entre as famílias pluriativas intersetoriais, a variação positiva (1,2%) do número de membros ocupados em atividades agrícolas foi bem menor do que a variação positiva do próprio tipo familiar (14,3%), confirmando a observação acima.

por conta própria¹⁰. Não dá para afirmar com certeza plena, mas provavelmente parte significativa desses referidos 75,0% de famílias, que deixaram a agricultura familiar, pode ter se convertido, no período em análise, em famílias de *assalariados* agrícolas (que exibiram crescimento de 96 mil famílias) ou de *assalariados* pluriativas intersetoriais (que aumentaram em 271 mil famílias), conforme Tabela 1.

Do ponto de vista das famílias classificadas segundo a posição na ocupação (empregadores, por conta própria, assalariados), a Tabela 1 registra a variação positiva apenas das famílias de assalariados (12,2%) e de empregadores com mais de dois empregados (4,7%).

A diferença entre esses dois tipos familiares é que, enquanto as famílias de assalariados representavam, em 2009, 44,3% do total das famílias em análise, as famílias de empregadores com mais de dois empregados representavam apenas 1,7% do referido universo. Além disso, enquanto naquele tipo familiar aumentou o número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas (variação positiva de 4,1%), nesse último registrou-se variação negativa de 4,4%.

Essas informações revelam a alteração na composição estrutural dos diferentes tipos familiares em análise, ou seja, a participação relativa das famílias de assalariados¹¹ ampliou-se de 39,9%, em 2001, para 44,3%, em 2009. Ademais, esse tipo familiar aumentou, comparativamente aos demais tipos familiares, a participação relativa das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, passando de 33,7%, em 2001, para 39,7%, em 2009.

As famílias por conta própria que, em 2009, formavam o tipo familiar mais representativo (49,4%) do conjunto de famílias em análise, exibiram, ao contrário das famílias de assalariados, apenas variações negativas na sua totalidade e nos tipos familiares que as compõem – única exceção das famílias por conta própria pluriativas intersetoriais.

¹⁰ Lembrando que se considera agricultura familiar o somatório dos contingentes de famílias por conta própria e de famílias de empregadores com até dois empregados. As famílias por conta própria correspondiam, em 2009, a 91,4% desse universo de unidades familiares, conforme dados da Tabela 1.

¹¹ Lembrando sempre que se trata de famílias com algum membro ocupado em atividades agrícolas, o que significa que se estão desconsiderando, na análise, famílias que não tenham pelo menos um membro ocupado em tais atividades.

Diferentemente das famílias de assalariados, as famílias por conta própria perderam participação relativa de 3,6 pontos percentuais (53,0% em 2001 para 49,4% em 2009). As famílias de assalariados ganharam 4,4 pontos percentuais (39,9% em 2001 para 44,3% em 2009, conforme mostrado anteriormente). A diferença de 0,8 pontos percentuais entre o ganho de participação relativa das famílias de assalariados e a perda de participação relativa das famílias por conta própria é explicada pela perda de participação relativa de 0,8 pontos percentuais das famílias de empregadores com até dois empregados (que passou de 5,5% em 2001 para 4,7% em 2009).

Importa ainda registrar que as famílias por conta própria, diferentemente das famílias de assalariados, apresentaram também acentuada variação negativa (18,8%) no número de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Como resultado, seus membros ocupados em atividades agrícolas perderam participação relativa na totalidade das pessoas ocupadas na agricultura – perda de participação relativa de 5,1 pontos percentuais (60,3% em 2001 para 55,2% em 2009). As famílias de empregadores com até dois empregados exibiram semelhante desempenho.

Resumindo, a dinâmica dos tipos familiares revela uma mudança importante na estrutura de composição do universo dos tipos de famílias analisadas. Isso significa, de um lado, ganho na participação relativa das famílias de assalariados (e dos seus membros ocupados em atividades agrícolas), em detrimento, de outro lado, da participação relativa do conjunto da agricultura familiar (famílias por conta própria *mais* famílias de empregadores com até dois empregados) e de seus membros ocupados na agricultura. Embora as famílias por conta própria ainda prevaleçam na estrutura familiar, os resultados apontam para uma evidente transição para o perfil de assalariamento das famílias agrícolas brasileiras.

A Tabela 2 apresenta a renda média do trabalho e a renda média familiar dos rendimentos exclusivamente do trabalho agrícola para cada tipo familiar, além da participação de cada um dos tipos

familiares na apropriação da renda total do trabalho agrícola nos anos de 2001 e 2009.

Tabela 2 – Rendimento médio e *per capita* das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Brasil, 2001 e 2009. (Em R\$ de set./2009)

TIPODE FAMÍLIA	2001			2009			Varição 2009-2001 (%)	
	Renda Média Familiar	Renda Média do Trabalho	% Renda Total	Renda Média Familiar	Renda Média do Trabalho	% Renda Total	Renda Média Familiar	
Empregadora com mais de 2 empregados	Agrícola	5.236,9	3.445,7	4,8	7.144,4	4.783,6	5,1	36,4
	Pluriativa Tradicional	3.754,0	1.249,4	0,6	5.785,8	2.393,1	0,5	54,1
	Pluriativa Intersetorial	3.377,0	4.156,3	6,0	4.082,8	5.314,2	6,2	20,9
	Total	3.998,0	3.456,0	11,4	5.088,6	4.820,7	11,7	27,3
Empregadora com até 2 empregados	Agrícola	1.603,8	922,5	7,8	1.973,3	1.231,2	5,9	23,0
	Pluriativa Tradicional	1.858,5	625,4	1,4	1.838,3	677,1	0,5	-1,1
	Pluriativa Intersetorial	1.552,1	1.105,8	6,5	1.548,1	1.304,9	4,9	-0,3
	Total	1.601,4	947,1	15,6	1.758,1	1.214,9	11,3	9,8
Conta-própria	Agrícola	430,8	190,9	23,3	604,1	310,5	22,1	40,2
	Pluriativa Tradicional	596,1	199,7	4,8	774,1	272,5	4,2	29,9
	Pluriativa Intersetorial	427,8	258,7	13,7	544,9	376,7	14,3	27,4
	Total	443,8	210,0	41,7	595,0	325,9	40,6	34,1
Assalariados	Agrícola	434,9	261,5	21,8	571,8	364,9	23,2	31,5
	Pluriativa Intersetorial	461,0	342,9	9,5	632,7	508,7	13,2	37,3
	Total	442,5	281,8	31,3	592,5	406,5	36,3	33,9
TOTAL	Agrícola	524,7	268,1	57,7	695,7	400,0	56,2	32,6
	Pluriativa Tradicional	756,2	253,4	6,7	903,7	319,5	5,3	19,5
	Pluriativa Intersetorial	609,0	405,6	35,6	745,0	560,5	38,5	22,3
	Total	564,1	303,6	100,0	722,9	442,9	100,0	28,2

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

A distribuição da massa total da renda agrícola destaca uma evidente hierarquia entre os tipos familiares. Por exemplo, a renda média familiar das famílias empregadoras com mais de dois empregados era, em 2009, mais de oito vezes superior a das famílias por conta própria e de assalariados. Assim, embora representasse apenas 1,7% do total de famílias de ocupados agrícolas (Tabela 1), esse primeiro tipo de família apropriava-se de quase 12,0% da renda total agrícola (Tabela 2), em 2009. Por outro lado, as famílias de assalariados e por conta própria representavam, em 2009, praticamente 94,0% do total de famílias com ocupados agrícolas (Tabela 1). Apesar disso, apropriavam-se de apenas 77,0% da renda agrícola total (Tabela 2).

Do ponto de vista da variação percentual das rendas médias familiares, os anos 2000 foram favoráveis a variações positivas para praticamente todos os tipos familiares – com exceção das rendas médias das famílias pluriativas de pequenos empregadores, que apresentaram pequenas variações negativas. As famílias do tipo agrícola (não pluriativas) foram as que apresentaram a maior variação positiva na renda média familiar (33%), devido, sobretudo, ao aumento observado entre as famílias por conta própria (40%).

No que respeita à participação relativa de cada tipo familiar na totalidade da massa de renda agrícola gerada pelo conjunto dos tipos familiares, as *famílias de assalariados* elevaram de forma mais expressiva a participação relativa na massa de renda agrícola (aumento de cinco pontos percentuais, de 31,3% em 2001 para 36,3% em 2009, conforme mostra a Tabela 3, última coluna. Esse crescimento ocorreu devido ao melhor desempenho das famílias de assalariados pluriativas (com aumento de 3,7 pontos percentuais), seguido pelas famílias de assalariados agrícolas (com aumento de 1,4 ponto percentual).

Tabela 3 – Decomposição dos diferentes efeitos da apropriação da renda total agrícola das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Brasil, 2001 e 2009.

TIPO DE FAMÍLIA		Efeito Participação	Efeito Renda	Efeito Composto	Varição Total (2001/2009)
Empregadora com mais de 2 empregados	Agrícola	-0,1	0,3	0,0	0,2
	Pluriativa Tradicional	-0,1	0,1	0,0	0,0
	Pluriativa Intersetorial	0,5	-0,3	0,0	0,2
	Total	0,4	-0,1	0,0	0,3
Empregadora com até 2 empregados	Agrícola	-1,6	-0,3	0,1	-1,9
	Plur. Tradicional	-0,7	-0,3	0,2	-0,9
	Plur. Intersetorial	-0,1	-1,4	0,0	-1,5
	Total	-2,4	-2,2	0,3	-4,3
Conta-própria	Agrícola	-3,1	2,2	-0,3	-1,2
	Pluriativa Tradicional	-0,6	0,1	0,0	-0,5
	Pluriativa Intersetorial	0,7	-0,1	0,0	0,6
	Total	-2,9	1,9	-0,1	-1,1
Assalariados	Agrícola	0,8	0,6	0,0	1,4
	Pluriativa Intersetorial	2,8	0,7	0,2	3,7
	Total	3,5	1,4	0,2	5,0
TOTAL	Agrícola	-3,3	2,0	-0,1	-1,5
	Pluriativa Tradicional	-1,0	-0,5	0,1	-1,4
	Pluriativa Intersetorial	4,7	-1,6	-0,2	2,9
	Total	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Na verdade, conforme consta na Tabela 3, as *famílias de assalariados* foram praticamente as únicas que exibiram aumento na participação relativa na distribuição da massa total da renda agrícola, no período analisado. As famílias de empregadores com mais de dois empregados praticamente apenas mantiveram a sua participação relativa (exibiram apenas uma leve melhora de 0,3 pontos percentuais na sua participação relativa). As famílias por conta própria e de empregadores com até dois empregados foram os tipos familiares que perderam participação relativa, com maior destaque para esses pequenos empregadores (perda de 4,3 pontos percentuais de participação relativa).

Resumindo, as *famílias de assalariados* foram o tipo familiar que mais se diferenciou dos demais, tanto no que se refere ao aumento da participação relativa no número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, quanto ao aumento da participação relativa na massa total da renda agrícola. A decomposição dos distintos efeitos responsáveis pela apropriação relativa da renda total agrícola (Tabela 3) mostra ainda que o aumento da participação relativa das famílias de assalariados na apropriação da renda agrícola total se deveu mais ao aumento da participação relativa desse tipo familiar no conjunto de pessoas ocupadas na agricultura. Em outras palavras, dos 5 pontos percentuais de crescimento da participação da renda desse tipo familiar, 3,5 foram devidos à maior participação de seus ocupados na estrutura ocupacional agrícola. Outro 1,4 ponto percentual se deveu ao crescimento da renda familiar desse tipo familiar em ritmo mais acelerado que a média do conjunto dos demais tipos familiares.

De forma semelhante, mas em sentido contrário, a perda de participação relativa (1,1 ponto percentual) na apropriação da renda agrícola total pelas famílias por conta própria pode ser atribuída mais ao efeito da perda de participação relativa desse tipo familiar no conjunto da população ocupada na agricultura. Embora a renda média familiar desse tipo familiar tenha crescido em ritmo um pouco mais acelerado que o do conjunto da população (34% contra 28%, Tabela 2) e tenha contribuído com 1,9 ponto percentual para o crescimento da apropriação

da renda total, a expressiva redução da participação desse tipo familiar na estrutura familiar (de 53% para 49%, Tabela 1) contribuiu com 2,9 pontos percentuais para a redução na apropriação da renda total agrícola.

Neste trabalho não se tem a pretensão de explicar as razões determinantes do melhor desempenho demonstrado pelas famílias de assalariados, tampouco do desempenho inferior das famílias por conta própria. É possível tão somente aventar hipóteses. No caso das famílias de assalariados, poder-se-ia supor um aumento da sua capacidade produtiva relacionada a um possível maior nível de escolaridade, comparativamente às famílias por conta própria. As PNADs possibilitam verificar essa hipótese. Na Tabela 4, constam as médias de anos de estudos da população ocupada nas atividades agrícolas, de acordo com o tipo familiar. Pode-se ver nessa Tabela que as médias de anos de estudo dos membros (ocupados em atividades agrícolas) das famílias de assalariados são praticamente idênticas às médias dos membros das famílias por conta própria. Não são médias altas, de modo que fica difícil associar à escolaridade o melhor desempenho, registrado ao longo desta seção, das famílias de assalariados no tocante à sua maior participação relativa na apropriação da renda global, comparativamente às famílias por conta própria. As famílias de empregadores com mais de dois empregados são as que exibem uma média notadamente superior aos demais tipos familiares.

Tabela 4 – Média de anos de estudos das pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo familiar: Brasil, 2001 e 2009.

TIPO DE FAMÍLIA	MÉDIA DE ANOS DE ESTUDOS		
	2001	2009	
Empregadora com mais de 2 empregados	Agrícola	7,9	9,4
	Pluriativa Tradicional	6,9	7,4
	Pluriativa Intersetorial	9,2	9,1
	Total	8,5	9,1
Empregadora com até 2 empregados	Agrícola	4,6	5,8
	Pluriativa Tradicional	3,4	4,0
	Pluriativa Intersetorial	5,3	6,4
	Total	4,8	6,0
Conta-própria	Agrícola	2,8	3,8
	Pluriativa Tradicional	2,2	3,4
	Pluriativa Intersetorial	3,2	4,4
Assalariados	Total	2,9	4,0
	Agrícola	2,6	3,6
	Pluriativa Intersetorial	3,4	4,7
	Total	2,8	4,0

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Outra suposição acerca das famílias de assalariados seria o efeito da formalização no mercado de trabalho e do aumento do salário mínimo real sobre a apropriação da renda por esse tipo familiar. Sobretudo nas áreas de maior dinamismo da agricultura, tem aumentado a demanda de mão de obra mais qualificada e mais especializada, em detrimento do trabalho manual não qualificado que, em grande medida, tem sido o estereótipo do trabalhador rural (BUAINAIN; DEDDECA, 2008). Um dos reflexos dessa dinâmica é a redução da participação do trabalhador não remunerado e o crescimento do emprego com carteira. Ademais, a quase contínua valorização real do salário mínimo tem causado profundas transformações na estrutura dos rendimentos dos ocupados, com impactos mais expressivos sobre os trabalhadores formais com rendimentos mais baixos (SABOIA, 2010).

É possível levantar apenas suposições sobre o que poderia explicar o desempenho inferior das famílias por conta própria, no que se refere à apropriação relativa da renda agrícola, comparativamente às famílias de assalariados.

Os dados apresentados até aqui, de certa forma, confirmam o que sugere a literatura¹² que nos serve de referência. Tal literatura considera a agricultura familiar um segmento de produtores subordinados à lógica dos capitais que orbitam em seu entorno, cujas relações ocorrem por meio dos distintos mercados (máquinas, insumos, crédito). A subordinação ocorre da seguinte forma: quem comanda a dinâmica produtiva da agricultura familiar são os interesses arraigados nos referidos mercados, razão pela qual a apropriação da renda agrícola gerada pelas unidades produtivas familiares é maior por parte daqueles capitais, em detrimento dos produtores diretos familiares.

Essa interpretação acerca da dinâmica econômica da agricultura familiar pode ser o que explica, por exemplo, a baixa apropriação da renda agrícola total pelas famílias por conta própria (maior contingente da agricultura familiar¹³) em relação à sua participação no total da população agrícola, comparativamente às famílias de empregadores ou mesmo às

¹² A propósito, ver nota 2.

¹³ Conforme informado na nota 6.

famílias de assalariados. Ou seja, ao confrontar as Tabelas 1 e 2, pode-se notar, em relação à hierarquia na distribuição dos rendimentos agrícolas, que, em 2009, a apropriação da renda agrícola das famílias de empregadores com mais de dois empregados (agricultura patronal) na renda agrícola total (11,7%, Tabela 2) correspondia a 10,6 vezes a participação desse tipo familiar no total da população ocupada na agricultura brasileira (1,1%, Tabela 1). No caso das famílias de assalariados, essa relação era de apenas 0,9 vezes, sendo menor ainda no caso das famílias por conta própria (0,7 vezes).

Essas observações serviram de base para a construção das Tabelas 5 e 6, que desagregam os dados das Tabelas anteriores e dividem a agricultura familiar e patronal entre: i) *famílias de proprietários*: famílias que declararam na PNAD serem detentoras de títulos jurídicos de propriedade dos seus estabelecimentos produtivos; e ii) *famílias de não proprietários*: famílias não detentoras de tais títulos jurídicos. O objetivo maior dessa nova análise é verificar se o fato de portar um título jurídico de propriedade altera o perfil de participação relativa na apropriação da renda global da agricultura, particularmente para o caso das famílias por conta própria (contingente mais expressivo da agricultura familiar).

Tabela 5 – Distribuição e variação percentual do número de famílias e de pessoas ocupadas em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Brasil, 2001 e 2009.

TIPO DE FAMÍLIA	2001				2009				Variação 2009-2001		
	Pessoas		Famílias		Pessoas		Famílias		Pessoas (%)	Famílias (%)	
	N (1.000)	%	N (1.000)	%	N (1.000)	%	N (1.000)	%			
Famílias de não proprietários	Empregados com mais de 2 empregos	5	0,0	3	0,0	12	0,1	7	0,1	142,8	156,6
	Agricultura Tradicional	4	0,0	2	0,0	3	0,0	1	0,0	-34,1	-45,1
	Agricultura Insestacional	14	0,1	37	0,5	14	0,1	38	0,5	-0,2	1,9
	Total	24	0,2	42	0,6	29	0,2	46	0,6	33,3	5,5
	Empregados com até 2 empregos	45	0,3	27	0,4	40	0,3	26	0,3	-12,2	-5,5
	Agricultura Tradicional	15	0,1	5	0,1	7	0,1	4	0,0	-81,5	-21,5
	Agricultura Insestacional	47	0,3	45	0,6	53	0,4	62	0,8	13,3	38,7
	Total	108	0,8	77	1,0	101	0,8	91	1,2	-5,6	19,2
	Agricultura	1630	11,6	761	10,1	1038	8,3	559	7,3	-363	-26,5
	Agricultura Tradicional	436	3,1	156	2,1	310	2,5	114	1,5	-290	-27,2
Agricultura Insestacional	1057	7,5	727	9,6	919	7,4	718	9,4	-130	-1,3	
Total	3123	22,3	1644	21,8	2267	18,2	1391	18,3	-27,4	-15,4	
Famílias de proprietários	Agricultura	55	0,4	37	0,5	46	0,4	32	0,4	-15,3	-11,7
	Empregados com mais de 2 empregos	15	0,1	5	0,1	9	0,1	4	0,1	-38,1	-13,5
	Agricultura Tradicional	47	0,3	38	0,5	49	0,4	45	0,6	5,0	17,5
	Agricultura Insestacional	117	0,8	80	1,1	105	0,8	81	1,1	-10,0	2,2
	Total	314	2,2	179	2,4	224	1,8	139	1,8	-28,7	-22,6
	Empregados com até 2 empregos	80	0,6	27	0,4	35	0,3	12	0,2	-55,8	-56,0
	Agricultura Tradicional	201	1,4	132	1,8	154	1,2	113	1,5	-23,7	-14,9
	Agricultura Insestacional	594	4,2	339	4,5	413	3,3	265	3,5	-30,6	-23,3
	Total	3590	25,4	1538	20,4	2884	23,2	1457	19,1	-190	-5,3
	Agricultura	578	4,1	183	2,4	547	4,4	188	2,5	-5,4	2,3
Agricultura Tradicional	1194	8,5	634	8,4	1167	9,4	724	9,5	-2,3	14,3	
Agricultura Insestacional	5332	38,0	3356	31,2	4598	37,0	2392	31,1	-13,8	0,5	
Total	3550	25,3	2156	28,3	3496	28,1	2231	29,3	-1,5	4,5	
Assaltdados	Agricultura	1177	8,4	875	11,6	1425	11,5	1146	15,0	21,1	30,9
	Agricultura Insestacional	4727	33,7	3010	39,9	4921	39,6	3377	44,3	4,1	12,2
	Total	9158	65,3	4680	62,0	7740	62,2	4450	58,4	-15,5	-4,9
TOTAL	Agricultura	1128	8,0	378	5,0	911	7,3	322	4,2	-19,2	-14,8
	Agricultura Tradicional	3737	26,6	2489	33,0	3782	30,4	2846	37,4	1,2	14,3
	Agricultura Insestacional	14024	100,0	7547	100,0	12493	100,0	7617	100,0	-11,3	0,9

Fonte: Microdados PNAD/IBGE. Elaboração dos autores.

Tabela 6 – Rendimento médio e *per capita* das famílias de ocupados em atividades agrícolas, segundo o tipo de família: Brasil, 2001 e 2009. (Em R\$ de set./2009)

TIPO DE FAMÍLIA	2001			2009			Variação 2009-2001 (%)	
	Renda Média Familiar	% Renda Média do Trabalho	% Renda Total	Renda Média Familiar	% Renda do Trabalho	% Renda Total	Renda Média Familiar	Renda Média Familiar
Famílias de não proprietários	Empregados com mais de 2 empregados	6053,0	3202,0	0,4	4189,8	3241,7	0,5	-30,8
	Piravava Tradicional	4716,4	1886,6	0,2	1800,0	600,0	0,0	-61,8
	Piravava Intersocial	2277,1	5914,3	2,0	3274,9	8812,2	2,3	43,8
	Total	2610,8	4623,6	2,6	3377,4	5310,6	2,8	30,4
	Empregados com até 2 empregados	1224,3	744,9	0,8	1710,0	1111,0	0,8	38,5
	Piravava Tradicional	992,9	308,2	0,1	869,1	436,8	0,1	-12,5
	Piravava Intersocial	1162,7	1100,2	1,2	1040,2	1227,5	1,2	-8,8
	Total	1177,7	838,0	2,1	1236,2	1123,0	2,1	5,0
	Cota-própria	303,3	141,5	5,4	440,7	237,4	4,5	46,3
	Piravava Tradicional	424,2	152,2	1,6	561,7	206,7	1,2	32,4
Piravava Intersocial	318,7	219,4	5,4	466,0	343,9	6,1	46,2	
Total	321,6	169,4	12,4	463,6	284,5	11,7	44,2	
Famílias de proprietários	Empregados com mais de 2 empregados	5179,3	3467,5	4,5	7150,1	5408,6	4,5	49,8
	Piravava Tradicional	3404,8	1068,1	0,4	6704,4	2393,1	0,5	95,9
	Piravava Intersocial	4451,2	3818,9	4,0	4786,8	4316,0	3,9	7,1
	Total	4724,3	3220,8	8,8	6048,5	4883,3	8,9	28,0
	Empregados com até 2 empregados	1460,2	948,2	7,0	2032,4	1252,5	5,1	21,8
	Piravava Tradicional	2069,9	688,5	1,3	2141,0	727,9	0,5	6,5
	Piravava Intersocial	1682,1	1107,1	5,2	1815,4	1331,8	3,7	7,9
	Total	1667,3	946,9	13,5	1939,2	1237,3	9,3	14,3
	Cota-própria	463,9	213,4	17,8	666,8	334,8	17,6	35,0
	Piravava Tradicional	742,5	235,6	3,2	903,1	309,7	3,1	21,6
Piravava Intersocial	539,0	295,6	8,2	623,1	386,8	8,2	12,7	
Total	529,2	233,8	29,3	672,2	346,2	28,9	27,0	
Assalariados	Empregados	434,9	261,5	21,8	571,8	364,9	23,2	31,5
	Piravava Intersocial	461,0	340,9	9,5	632,7	508,7	13,2	37,3
	Total	442,5	281,8	31,3	592,5	406,5	36,3	33,9
TOTAL	Empregados	524,7	268,1	5,7	695,7	400,0	56,2	32,6
	Piravava Tradicional	756,2	233,4	6,7	963,7	318,5	5,3	19,5
	Piravava Intersocial	609,0	405,6	35,6	745,0	540,5	38,5	20,3
Total	564,1	302,6	30,0	722,9	442,9	10,0	28,2	

Fonte: Microdados PNAD/IBGE.

Uma análise comparada e cuidadosa das Tabelas 5 e 6 aponta, do ponto de vista da participação relativa na apropriação da massa de renda total da agricultura, certa diferenciação entre o perfil das famílias por conta própria proprietárias e o perfil das famílias por conta própria não proprietárias. Em 2009, as famílias de proprietários do grupo de empregadores com até dois empregados (a fração expressivamente menor da agricultura familiar) exibiam uma participação relativa na renda total agrícola 4,5 vezes maior que a participação relativa de suas congêneres não proprietárias (9,3% contra 2,1%). Tais dados referem-se tanto à maior participação do contingente populacional (3,5% das famílias contra 1,2%) quanto à maior renda média familiar (1,9 mil contra 1,2 mil reais).

Da mesma forma, essas observações são pertinentes ao caso das famílias por conta própria proprietárias. Em outras palavras, em 2009, o rendimento médio dessas famílias também era substancialmente superior (45,0%) ao das suas congêneres não proprietárias (R\$672,00 contra R\$464,00). Assim, tanto a maior participação no total das famílias (Tabela 5) quanto o maior rendimento médio das famílias por conta própria proprietárias explicariam sua maior apropriação da renda total agrícola em comparação às famílias por conta própria não proprietárias: 28,9% contra 11,7% (Tabela 6), correspondente a uma diferença de 17,2 pontos percentuais (pp). Essa diferença nas duas participações relativas da apropriação da renda total – ter como um dos determinantes a maior participação relativa no total das famílias por parte das famílias por conta própria proprietárias – significa que os 17,2 pp não podem ser totalmente atribuídos ao fato de um grupo familiar ser proprietário e outro não proprietário. Desses 17,2 pp, 8,9 pp são explicados unicamente pela diferença de tamanho da população e contingente de famílias¹⁴. Portanto, só 8,3 pp podem ser atribuídos à posse de título de propriedade.

¹⁴ Observe-se que o contingente das famílias por conta própria proprietárias, em 2009, era 1,7 vezes maior do que o total das famílias por conta própria não proprietárias (Tabela 5). Do ponto de vista estatístico, se se fizer o exercício de aumentar o número de famílias por conta própria não proprietárias em 1,7 vezes para que se iguale ao contingente das suas congêneres proprietárias – e se se repetir esse procedimento com a massa de renda gerada pelo tipo familiar não-proprietário, ou seja, multiplicar também por 1,7 (de modo que não se altere a renda média familiar desse tipo de família) –, ter-se-á como resultado: as famílias por conta própria não empregadoras elevarão sua participação relativa na apropriação da renda agrícola global para 18,4% e, em virtude disso, a participação relativa das famílias por conta própria proprietárias sofrerá um decréscimo e alcançará o patamar de 26,7%. Portanto, a diferença entre as duas participações relativas na renda agrícola global cairá para 8,3 pontos percentuais (26,7% - 18,4%). Isso significa dizer que apenas 8,9 pontos percentuais (17,2 - 8,3) podem ser atribuídos ao fato provável de que as famílias proprietárias conseguem gerar uma massa de renda agrícola relativamente superior à massa de renda agrícola gerada por um contingente idêntico de famílias não proprietárias.

A despeito dessa questão estatística, está evidente a superioridade dos grupos de proprietários sobre os não proprietários. Já se havia chamado atenção anteriormente para a questão da subordinação das famílias por conta própria aos capitais que se apropriam do sobretrabalho dessas unidades produtivas familiares¹⁵. Atribuiu-se isso ao baixo desempenho dessas famílias na apropriação relativa da renda total agrícola. Essa análise cabe também para o grupo de famílias por conta própria proprietárias evidentemente, mas, para as famílias por conta própria não proprietárias, não ser proprietário agrava o resultado daquela situação de subordinação porque, além da apropriação do excedente pelos capitais, os não proprietários (arrendatários, meeiros, parceiros, etc.) devem pagar a renda da terra a terceiros (proprietários), de diferentes formas (monetária, espécie, trabalho).¹⁶ Essa situação precária do grupo de não proprietários pode ser determinante para explicar aqueles 8,3 pontos percentuais de inferioridade na apropriação relativa da renda agrícola global, comparativamente ao grupo por conta própria proprietários.

Por fim, sobre a diferença entre agricultores familiares proprietários e não proprietários, já se havia explicitado que os agricultores que são proprietários se apropriam de maiores parcelas do valor gerado no processo produtivo, pois não têm que pagar a renda fundiária, como acontece no caso dos arrendatários e parceiros (não proprietários). Contudo, Aquino et al. (2012) ressaltam que muitos agricultores familiares, que se declaram donos da pequena propriedade onde trabalham, não têm o título formal da terra. Isso limita suas chances de gerar renda, tendo em vista que não conseguem oferecer as garantias reais exigidas pelos bancos para a concessão de financiamentos rurais.

¹⁵ Wanderley (1985) considera apenas formais as propriedades dos agricultores “trabalhadores para o capital”, uma vez que a propriedade real é do capital que mais se apropria do conteúdo econômico produzido em tais propriedades. Rangel (1983) denunciava o grilhão da estrutura de comercialização à qual se submetia o que hoje chamamos de agricultura familiar, e Guimarães (1979) mostrava a lógica desfavorável da “tesoura de preços” para o elo frágil da cadeia agrícola-indústria. Ambos os autores ressaltam a não apropriação do sobretrabalho pelo elo frágil que o produz.

¹⁶ Sobre a condição desigual do agricultor não proprietário, comparativamente ao proprietário, Marx (1983, p. 131) assevera que o arrendamento “absorve com frequência parte de seu lucro [do arrendatário], isto é, seu próprio mais-trabalho”. Feijó (2010) apresenta resultados que mostram a importância do título de propriedade para melhorar o desempenho produtivo dos assentados de reforma agrária e da agricultura familiar em geral.

Considerações finais

O resultado desta pesquisa serviu para tornar evidente algumas importantes questões: i) permanece uma nítida hierarquia de forte desigualdade na apropriação de fatias da renda global agrícola, destacadamente em favor da agricultura patronal, seguida, de longe, pelas famílias de assalariados e da agricultura familiar; ii) a comparação desses dois últimos tipos familiares revelou que na última década as famílias de assalariados tiveram melhor desempenho, tanto no aumento do seu contingente relativamente ao universo de famílias com membros na agricultura, quanto na apropriação relativa da renda total agrícola; iii) a agricultura familiar, comparada à agricultura patronal e às famílias de assalariados, foi o contingente de pior desempenho (na participação relativa do conjunto das famílias ligadas à agricultura e na apropriação relativa da renda global agrícola). No interior da agricultura familiar, no entanto, ficou evidente que o pior desempenho, no período analisado, foi o da fração da agricultura familiar (por conta própria e pequenos empregadores) de não proprietários.

Esses resultados podem ser mais uma fonte de subsídio para orientar políticas públicas voltadas para a população (e famílias) envolvida com as atividades agrícolas. Essas políticas devem ter por fim: a redução das desigualdades na distribuição da apropriação da renda no setor; a melhoria da escolaridade dos membros das famílias de assalariados e da agricultura familiar; a regularização das situações precárias de acesso à terra (fundiária, direito de propriedade, reforma agrária); apoio particularmente aos pequenos agricultores familiares de modo a fortalecer a sua relação com os capitais (mercantil etc.) que lhes extraem parcelas maiores de seu mais-trabalho.

Referências

- AQUINO, J. R. (Coord.) et al. *Caracterização do público potencial do PRONAF “B” na região Nordeste e no estado de Minas Gerais: uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário 2006*. Projeto de Cooperação Técnica IPEA/PGDR 2010/2011: “Análise Multidimensional dos Dados do Novo Censo Agropecuário 2006”. Porto Alegre: PGDR/UFRGS/IPEA, 2012.
- ARAÚJO, P. F. C. Política de crédito rural: reflexões sobre a experiência brasileira. *Textos para discussão*. Brasília: CEPAL-IPEA (1555), 2011.
- BALSALDI, O. V. *O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008.
- BRANDÃO, A. S. P.; REZENDE, G. C.; MARQUES, R. W. C. Crescimento agrícola no período 1999/2004: a explosão da soja e da pecuária bovina e seu impacto sobre o meio ambiente. *Economia Aplicada*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 249-266, abr./jun. 2006.
- BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. (Org.). *Emprego e trabalho na agricultura brasileira*. Brasília: IICA, 2008.
- _____; _____. Mudanças e reiteração da heterogeneidade do mercado de trabalho agrícola. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (Org.). *A agricultura brasileira: desempenho, desafios e perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010. p. 123-156.
- FEIJÓ, R. L. C. O Efeito do Título de Propriedade da Terra na Determinação da Renda Rural. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Piracicaba, SP, v. 48, n. 4, p. 673-707, out./dez. 2010.
- GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. Produtividade e crescimento da agricultura brasileira. *Informe Agronegócios*, Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), n. 6, 2009.
- GRAZIANO DA SILVA, J. A pequena produção e as transformações na agricultura brasileira. In: _____. *A modernização dolorosa*. Estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 126-141. (Coleção Agricultura e Sociedade).

GUIMARÃES, A. P. *A crise agrária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção O Mundo, hoje, v. 29).

HOFFMANN, R.; OLIVEIRA, R. B. The evolution of income distribution in Brazil in the agricultural and the non-agricultural sectors. *World Journal of Agricultural Research*, v. 2, n. 5, p. 192-204, 2014.

KAUTSKY, K. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986. (Os Economistas).

MAIA, A. G. Distribuição de rendimentos e qualidade de vida dos domicílios rurais brasileiros. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). *A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas*. Brasília: IICA, 2012. p. 335-366. v. 16.

MARX, K. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural. (Os Economistas), 1983. Livro 3, v. 3.

NASCIMENTO, C. A.; MENDES, S. R.; CARDOSO, J. G. Agricultura familiar, tecnificação, envelhecimento e políticas públicas: um estudo de caso em Indianópolis, MG. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL – SOBER, 49., 2011, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, 2011.

NUNES, E. M. *Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: as dinâmicas regionais e a diversificação da agricultura familiar no Pólo Assu-Mossoró (RN)*. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – UFRGS, PGDR, Porto Alegre, 2009.

OLIVEIRA, R. M. A subordinação da agricultura familiar à lógica do capital: uma análise da cadeia agroindustrial da borracha natural. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. *Anais...*, Porto Alegre, 2010.

RANGEL, I. *A inflação brasileira*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983.

SABOIA, J. Elasticidades dos rendimentos do trabalho em relação ao salário mínimo: a experiência de um período recente de crescimento do salário mínimo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 259-380, 2010.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. Dinâmica do mercado de trabalho agrícola e impactos sobre a distribuição de rendimentos nos anos 2000. *Revista da ABET*, v. 11, n. 2, p. 11-31, jul./dez. 2012.

THOMAZ JR., A. A classe trabalhadora no Brasil e os limites da teoria: qual o lugar do campesinato e do proletariado? In: FERNANDES, B. M. (Org.). *Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

VALDÉS, A. et al. *Evolución y distribución Del ingreso agrícola em América Latina: evidencia a partir de cuentas nacionales y encuestas de hogares*. Santiago, Chile: CEPAL/FAO (Documento de Proyecto), 2010.

WANDERLEY, M. N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. *Cadernos de Difusão de Tecnologia*, Brasília, v. 2, n. 1, p. 13-78, jan./abr. 1985.

*Recebido em março de 2014.
Aprovado em setembro de 2014.*